

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
NO RIO GRANDE DO NORTE.**

PREGÃO ELETÔNICO nº 90008/2024

INSTRUCON COMERCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.948.060/0001-30, estabelecida na Avenida Cel. Frederico Lundgren nº 159 – Sala 010 – Casa Caiada – Olinda – PE, CEP 53.040-150, neste ato representada por seu sócio administrador **HIVSON LUIZ SOARES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 448.830.214-91, portador da Cédula de Identidade nº 2844057 SSP-PE, residente na Rua Odon Rodrigues de Moraes Rego nº 63, Apto. 502, Várzea, Recife – PE, CEP nº 54.430-000, vem a presença de Vossa Senhoria apresentar Recurso em face da habilitação da licitante **METRODATA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.453.613/0001-35, o que faz com os argumentos a seguir delineados:

DAS RAZÕES DO RECURSO

DO MÉRITO

DO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 8.6 DO EDITAL - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, POR NÃO ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ITEM 12.14 A 12.25 DO TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo 1 do Edital).

8.6. Habilitação técnica. 8.6.1. O licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos previstos nos subitens 12.14 a 12.25 do Termo de Referência (Anexo 1 deste edital).

12.17. Para dar prova da CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL A empresa licitante deverá apresentar CATs (Certidões de Acervo Técnico), devidamente registradas no respectivo Conselho CREA, que comprovem a realização de serviços prestados, para instituições públicas ou privadas, conforme descrito abaixo:

12.17.1. Instalação de equipamentos condicionadores de ar dos tipos HI-WALL, PISO/TETO e CASSETE que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 360 TR (tonelada-refrigeração); e,

12.17.2. Manutenção de equipamentos de ar condicionado, de todos os tipos

(JANELA, HI-WALL, PISO/TETO, CASSETE e SELF-CONTAINED) que somadas as suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 500 TR (tonelada-refrigeração).

Analisando detidamente a documentação técnica operacional apresentado pela Recorrida, se percebe com facilidade que a Licitante não atendeu ao que fora requerido pelo Edital e Termo de Referência, posto que os serviços elencados nos referidos documentos divergem daqueles exigidos no Edital e Termo de Referência do presente certame.

Pelo exposto, deve a Recorrida ser Inabilitada por não cumprimento dos Itens 8.6 do Edital C/C Itens 12.14 a 12.25 do Termo de Referência, (Anexo 1 do Edital).

DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – AUSÊNCIA DO PERCENTUAL DE 20% SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO.

Com efeito, a Lei nº 12.546/12 instituiu a possibilidade para alguns setores da atividade econômica substituírem o pagamento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento (20%) por um percentual aplicado sobre a receita bruta.

Após diversas alterações legislativas que modificaram as regras da desoneração, elevando inclusive o percentual cobrado sobre a receita bruta, que ficou entre 2% e 4,5%, dependendo do setor, as empresas passaram a escolher qual regime aplicar, escolhendo o valor que representa menor desembolso previdenciário. Com o advento da Lei nº 13.670/2018, o benefício fiscal se restringiu a 17 setores, que permaneceram com a folha de pagamentos desonerada.

No que se refere as Licitações, as Empresas interessadas devem apresentar seus preços através de **Planilha de Custos e Formação de Preços**, em consonância com as normas vigentes e demais práticas de mercado, atendendo à legislação fiscal e tributária correspondente a sua atividade, elaborando suas propostas com base nos custos, insumos e tributos incidentes, de acordo com a opção feita pela empresa, informando se a contribuição previdenciária incidirá sobre a receita bruta ou sobre a folha de pagamento.

No caso concreto a Recorrida optou pelo regime que garante a incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, no percentual de 4,5%, conforme se observa em sua Planilha de Custos e Formação de Preços:

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	7,80%	R\$ 194,51
B	Lucro	10,00%	R\$ 249,37
C	Tributos	13,15%	R\$ 327,92
	C1. Tributos Federais (especificar) PIS, COFINS, CPRB	8,15%	
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3 Tributos Municipais (especificar) ISS	5,00%	
	Total		R\$ 771,80

Ocorre que no dia 25 de Abril de 2024, o Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu pontos da Lei 14.784/2023, que prorrogava a desoneração da folha de pagamento de diversos setores produtivos até 2027, dentre eles a atividade da Recorrida.

A liminar foi concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, em que o presidente da República questiona a validade de dispositivos da referida lei. A decisão foi submetida ao Plenário Virtual do Supremo e tem o placar provisório de 5 a 0 a favor do Governo Federal, com pedido de vista do Ministro Fux. A decisão do STF vale a partir da sua publicação no Diário da Justiça, portanto já está em vigor.

Diante da decisão do STF, a Recorrida não pode atribuir o valor zero ao percentual da Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento que integra o item “A” do Submódulo 2.2, da Planilha, devendo incluir o percentual de 20%, correspondente a Contribuição Patronal – INSS.

Em conclusão, a Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela Recorrida se encontra em desacordo com a liminar concedida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, não refletindo seu preço os tributos incidentes da forma atualmente exigida.

Diante do exposto, resta evidenciado que a habilitação da Recorrida não pode prevalecer, sem que seja incluído na Planilha de Custos e Formação de Preços o percentual de 20%, correspondente a Contribuição Patronal – INSS, o que possibilitará a aferição de eventual inexecutabilidade do seu preço, haja vista que o item 7.11.1 do Edital estabelece que: **“A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação”**. Grifo nosso.

DO PEDIDO

Isto posto e preenchidos os requisitos legais, pugna a Recorrente pelo recebimento do

presente recurso para que seja processado e julgado por Vossa Senhoria, exercendo o juízo de mérito e de retratação, e, assim, seja reformada a decisão aqui atacada para **INABILITAR** a empresa **METRODATA ENGENHARIA LTDA**, por não atender ao Edital e Termo de Referência, nos itens supramencionados, prosseguindo o certame até que outra empresa classificada esteja em condições legais e regulares de habilitação.

Não sendo esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer a Recorrente, seja o presente recurso encaminhado para apreciação da Autoridade Superior, conforme determina a legislação em vigor.

Pede deferimento.

Olinda-PE, 02 de maio de 2024.


INSTRUCON Com. e Serviços Ltda
HIVSON SOARES
Eng. / Manutenção
CREA - PE 034124

INSTRUCON – Comércio e Serviços Ltda. – EPP